



# Banco Original

## **Relatório de Gestão de Riscos**

**Circular 3.477**

**Junho de 2013**

## ÍNDICE

<b>1. Introdução.....</b>	<b>3</b>
<b>2. Gestão de Negócios.....</b>	<b>4</b>
<b>3. Gerenciamento de Riscos .....</b>	<b>7</b>
<b>4. Risco de Mercado .....</b>	<b>7</b>
<b>5. Risco de Crédito .....</b>	<b>12</b>
<b>6. Risco de Liquidez .....</b>	<b>17</b>
<b>7. Risco Operacional.....</b>	<b>19</b>
<b>8. Gerenciamento de Capital.....</b>	<b>22</b>

---

## 1. Introdução

---

A aprovação, pelo Banco Central do Brasil, da constituição do Conglomerado Financeiro Original foi concretizada ao dia 31 de agosto de 2011.

O Conglomerado é o resultado da integração entre o Banco JBS S.A., fundado em julho de 2008, com foco no fomento da atividade pecuária brasileira, e o Banco Matone S.A., um banco múltiplo tradicional sediado no estado do Rio Grande do Sul com foco no segmento de crédito consignado, negócio que atualmente está sendo descontinuado. Atualmente estas duas instituições financeiras são chamadas de Banco Original do Agronegócio S.A. e Banco Original S.A., respectivamente, e formam o Conglomerado Financeiro Original.

São grandes os desafios deste novo Conglomerado, sendo que o crescimento financeiro sustentável bem como o fortalecimento do valor agregado desta instituição só será possível com uma forte cultura de controle dos riscos inerentes às linhas de atividades deste Conglomerado Financeiro.

Tendo em vista informar as práticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo Conglomerado Original, em linha com as recomendações do Pilar III do Comitê de Basiléia, este relatório torna público os aspectos qualitativos e quantitativos do gerenciamento de riscos e de capital praticados nesta instituição.

Dentre os aspectos qualitativos, serão descritas as estruturas de governanças e de alçadas, os processos de monitoramento e as metodologias adotadas. Em complemento às informações qualitativas, também serão apresentadas as evoluções das diversas exposições aos riscos, bem como a evolução do capital regulatório.

O gerenciamento de riscos do Conglomerado Original é realizado de forma consolidada. As informações deste relatório referem-se tanto ao Conglomerado Financeiro, composto pelas instituições financeiras já citadas, como para o Consolidado Econômico-Financeiro, que incorpora as participações destas em empresas não financeiras. O presente relatório possui data base de 30 de junho de 2013.

Além deste documento, que atende à Circular 3.477/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN), podem ser encontradas no endereço: [www.bancooriginal.com.br](http://www.bancooriginal.com.br) as demonstrações financeiras, que conjuntamente, permitem uma análise completa do Conglomerado Financeiro.

A Diretoria do Conglomerado Financeiro Original aprovou as informações divulgadas neste documento, assim como as políticas citadas.

## 2. Gestão de Negócios

O Conglomerado Original tem em seu portfólio produtos que visam à geração de negócios da cadeia produtiva do boi, o financiamento dos cultivos de soja, milho, cana-de-açúcar, algodão, café e madeira e empréstimos para grandes e médias empresas.

Adicionalmente, a instituição conta com profissionais de Tesouraria divididos em uma Mesa de Operações Proprietária, e uma Mesa de Clientes, para oferecer operações de derivativos e de câmbio de forma competitiva aos seus clientes. A Tesouraria também pode realizar cessões de crédito e securitização de ativos.

### Cessão de Crédito

Os principais objetivos que norteiam a decisão da direção da instituição de realizar cessões de crédito são:

- (1) Necessidade de financiamento (*funding*) da instituição;
- (2) Redução da exposição em certo cliente, visando à desconcentração e/ou abertura de margem para realização de novas operações de crédito;
- (3) Venda de carteira de crédito vencida (carteira *distressed*);
- (4) Venda das operações pertinentes a um determinado mercado que deixem de fazer parte do direcionamento estratégico da instituição; e
- (5) Sindicalização de operações de crédito ou aquisição de carteiras feitas em conjunto com outras instituições financeiras.

A carteira de crédito consignado, em fase de encerramento, continua sendo reduzida e o saldo das cessões não mais apresenta valores significativos. No segundo trimestre de 2013 a instituição realizou cessões sem coobrigação de operações de crédito da carteira de agronegócio.

Fluxo das exposições cedidas com transferência dos riscos e benefícios						
R\$ (mil)	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012
Cessão de Crédito s/ coobrigação	111.364	1.320	74.073	517.302	422.523	196.403

Saldo das exposições cedidas com retenção dos riscos e benefícios						
R\$ (mil)	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012
Cessão de Crédito c/ coobrigação	2.004	2.155	2.583	3.642	262.549	483.473

### Securitização de ativos

Geralmente, a securitização passa pelos seguintes estágios:

- (1) Originação de créditos ou de títulos e valores mobiliários;

(2) Cessão dos créditos ou títulos e valores mobiliários; e

(3) Emissão de títulos e valores mobiliários que podem assumir a forma de quotas, certificados ou títulos, com expressa vinculação aos créditos ou títulos e valores mobiliários adquiridos.

Os principais objetivos da securitização de créditos são similares aos da cessão de crédito. A securitização pode ser feita com venda direcionada a um investidor final (oferta privada) ou a um grupo de investidores (oferta pública). Mais do que um instrumento de captação (*funding*), a securitização pode ser realizada como um serviço adicional que a instituição presta aos seus clientes de forma a estreitar o relacionamento comercial e/ou nos casos em que a capacidade para absorver o volume de crédito demandado pelo cliente é limitada.

A instituição possui em sua carteira, os seguintes ativos provenientes de processos de securitização:

(a) Cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) de classe subordinada; e

(b) Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) de classe subordinada e lastreado em créditos de financiamentos imobiliários.

Os valores que a instituição possui em cotas subordinadas de FIDC são de baixa relevância. O quadro abaixo demonstra estes valores nos últimos trimestres:

Securitização						
(R\$ Mil)	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	45	126	164	50.747	56.816	192.421
Certificado de Recebíveis Imobiliários	3.435	3.321	3.210	3.103	2.999	2.898

### Estratégias de Negócio e Hedge

As operações intrínsecas a atividade operacional do Conglomerado podem gerar exposições a riscos de mercado em áreas cujo escopo não seja o de administração. Para a gestão destas exposições, em linha com a estratégia de negócios da instituição, a Tesouraria tem o mandato de fazer a gestão ativa destas posições, e efetuar o *hedge* quando necessário.

A Tesouraria também pode realizar a gestão das posições da carteira *trading* (intenção de negociação a fim de ganhos associados às oscilações de mercado) utilizando-se de instrumentos derivativos no mercado.

Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados são os Futuros, Termos, Swaps e Opções. Eles podem ser negociados em bolsa ou no mercado de balcão, e terem um ou mais indexadores. Os indexadores mais relevantes são: taxas de juros prefixadas, moedas, índices de inflação, índice de bolsa e preço de *commodities*. A instituição não possui em seu portfólio produtos de derivativos de crédito.

A área de Gestão de Riscos auxilia na gestão do *hedge* no sentido de fornecer as informações relevantes às decisões da Tesouraria, bem como atuar de forma independente no monitoramento dos limites de exposições ao risco de mercado que a instituição está incorrendo.

---

### 3. Gerenciamento de Riscos

---

O Conglomerado Original preza por uma estrutura organizacional e de processos que permitem um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades.

As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de capital bem como os limites de riscos são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da instituição. O comitê de diretoria é a autoridade nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da alta administração do Conglomerado Financeiro.

Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas mesmas áreas com o processo operacionalizado. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em possam existir conflitos de interesses.

Os normativos internos para a gestão de riscos são divulgados para o quadro de colaboradores e publicados em ambiente eletrônico.

Segue abaixo as definições para os riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional:

**Risco de Mercado:** a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, inclusive as perdas decorrentes do tamanho da posição detida frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

**Risco de Crédito:** a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

**Risco de Liquidez:** a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

**Risco Operacional:** a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

---

## 4. Risco de Mercado

---

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da instituição. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado tem como base a Resolução 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional.

A seguir serão abordadas as estruturas, políticas e metodologias utilizadas pela instituição no controle do risco de mercado, bem como uma análise quantitativa da carteira ao longo dos últimos trimestres.

### Políticas e Estratégias

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela diretoria da instituição.

As estratégias de risco são definidas pela alta administração da instituição e incorporam o planejamento estratégico das áreas de negócios. As principais atribuições relacionadas ao monitoramento do risco de mercado são descritas a seguir.

### Gerenciamento do Risco de Mercado

Conforme disposto na Circular 3.354/2007, que estabelece critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras, o Conglomerado Original segrega suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e de não negociação (*banking*). As posições com as quais há intenção de negociação a fim de ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira de negociação da instituição.

Gerencia-se o risco de mercado da carteira de negociação (*trading*) através de procedimentos de mensuração do risco de mercado (métricas abordadas no item *Cálculo do Risco de Mercado*), monitoramento permanente do risco, reporte dos resultados, testes de estresse e controle de limites.

Ainda, para os ativos da carteira de negociação apura-se, segundo o arcabouço regulatório do Banco Central do Brasil, a alocação de capital referente aos riscos de mercado de juros, *commodities*, câmbio e de ações incorridos.

O gerenciamento do risco de mercado das posições classificadas na carteira de não negociação (*banking*) é realizado através da apuração do risco, monitoramento contínuo da exposição, reporte dos resultados e testes de estresse.

Para apuração da sensibilidade do portfólio às mudanças na estrutura a termo de taxa de juros, o Conglomerado utiliza uma metodologia pautada nas recomendações de Basileia. Este cálculo consiste em verificar choques das curvas de juros considerando variações nas taxa no intervalo de um ano (*holding period*), e uma janela móvel de observação de cinco anos. O resultado será o efeito do percentil de 1% e 99% no valor de mercado do portfólio, considerando os ativos e passivos. Os resultados são reportados tanto à Diretoria quanto ao órgão regulador, por meio da parcela RBAN.

Na carteira da instituição não há depósitos a prazo sem data de vencimento e os riscos derivados das liquidações antecipadas de empréstimos são tratados de acordo com as políticas de *hedge*.

### Mapeamento do Risco de Mercado

O processo de mapeamento de risco de mercado consiste na:

- Identificação dos fatores de risco de mercado para cada produto;
- Definição da metodologia de alocação de valores nos fatores de risco; e
- Tratamento específico destinado às opções e produtos que contenha cláusulas de opcionalidades ou barreiras.

Cabe a Diretoria de Riscos a operacionalização e o reporte do mapeamento de risco de mercado.

### Marcação a Mercado

O processo de marcação a mercado consiste em precificar os instrumentos financeiros pelas taxas e preços transacionados nos mercados. Através de diversificadas fontes, a área de precificação tem acesso, em *tempo real*, às principais taxas e preços de mercado que são utilizados como insumos na confecção de curvas que definem a estrutura a termo dos fatores de risco da carteira. Tais curvas são geradas, validadas e utilizadas para a precificação dos instrumentos financeiros em carteira.

Quando este preço não é observável, seja pela descontinuidade de dados ou pela baixa liquidez do ativo, utiliza-se a melhor estimativa do valor que o ativo teria em uma eventual transação.

### Cálculo do Risco de Mercado

A metodologia de cálculo de risco de mercado é baseada no conceito de *Value at Risk* (VaR) que representa uma medida probabilística de perda decorrente de variações nos insumos de mercado que influem na carteira. Diariamente a Diretoria de Riscos realiza a medição de VaR do portfólio da instituição utilizando os seguintes parâmetros:

- Modelo: VaR Paramétrico
- Intervalo de Confiança: 99,9%
- Período de Tempo (*holding period*): é calculado diariamente em função da liquidez dos ativos.

Adicionalmente, também são monitoradas e controladas as sensibilidades às oscilações paralelas nos fatores de risco que compõem o portfólio. Para os instrumentos que são sensíveis ao risco prefixado, por exemplo, é calculado o DV1, métrica que verifica o resultado projetado caso a curva inteira translate um ponto base, isto é, 0,01%.

### Realização de testes de avaliação dos controles de Risco de Mercado

A aferição dos modelos de risco de mercado é aplicada nos processos de mensuração, monitoramento e controles, visando identificar e sanar possíveis problemas e desvios destes processos em relação aos seus objetivos. Neste processo inclui-se o *backtesting*, que tem o objetivo verificar a acurácia dos modelos adotados através da comparação das perdas previstas com as observadas.

O processo e os parâmetros dos testes de avaliação são aprovados pela alta administração. Estes testes são aplicados, no mínimo anualmente pela Diretoria de Riscos, e os resultados reportados para a diretoria.

### Análise prévia de riscos inerentes a novos produtos

A implantação de qualquer novo produto, ou estratégia, pelas áreas de negócio da instituição passa pelo crivo da Diretoria de Riscos. A análise prévia do produto busca identificar os riscos inerentes do instrumento financeiro, bem como avaliar a adequação dos processos de risco ao seu controle.



### Realização de simulações em condições extremas de mercado

O teste de estresse é uma medida complementar ao VaR, e tem o intuito de medir perdas decorrentes de variações atípicas de taxas e preços de mercado, como acontece em períodos de estresse. A realização de tais testes ocorre periodicamente mediante a aplicação de volatilidades baseadas em dados históricos que representam situações de estresse de mercado.

### Limites e Níveis de Alertas

A gestão do risco de mercado no conglomerado utiliza-se de mecanismos de controle do risco de mercado. Este processo inicia com a definição dos limites globais e dos níveis de alerta pela Diretoria, com base no apetite ao risco de mercado da instituição.

Posteriormente, a Diretoria de Riscos apura e monitora continuamente o enquadramento do risco de mercado aos limites e níveis de alerta estipulados, reportando os resultados para a alta administração e as áreas envolvidas no processo.

Em caso de extrapolação dos limites e/ou de acionamento dos níveis de alerta, a Diretoria de Riscos deve informar o fato, em tempo hábil, ao comitê que estipulou os limites e às áreas envolvidas no processo. Cabe ao comitê comunicado avaliar e aprovar a excepcionalidade do limite e/ou determinar o mecanismo de redução do risco de mercado.

Os limites e níveis de alertas devem ser revisados no mínimo anualmente pelo comitê que o deliberou. O processo de controle de limites e níveis de alerta devem ser revisados, no mínimo, anualmente pela alta administração.

São observados os seguintes limites e níveis de alertas:

- Valor em Risco (VaR);
- Teste de Estresse;
- *Stop Loss*;
- Análise de Sensibilidade.

### Exposições ao Risco de Mercado

A tabela abaixo demonstra a evolução das exposições da carteira de negociação disposta pelos fatores de risco câmbio, *commodities*, taxas de juros e ações (em R\$ milhões):

<b>Posição da Carteira de Negociação - Câmbio</b>						
	<b>2º T / 2013</b>	<b>1º T / 2013</b>	<b>4º T / 2012</b>	<b>3º T / 2012</b>	<b>2º T / 2012</b>	<b>1º T / 2012</b>
Comprado	88	48	56	37	40	22
Vendido	99	64	55	44	38	19
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>16</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>3</b>

  

<b>Posição da Carteira de Negociação - Commodities</b>						
	<b>2º T / 2013</b>	<b>1º T / 2013</b>	<b>4º T / 2012</b>	<b>3º T / 2012</b>	<b>2º T / 2012</b>	<b>1º T / 2012</b>
Comprado	100	98	0	12	24	24
Vendido	15	12	2	52	74	39
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>86</b>	<b>2</b>	<b>41</b>	<b>50</b>	<b>15</b>

  

<b>Posição da Carteira de Negociação - Taxas de Juros</b>						
	<b>2º T / 2013</b>	<b>1º T / 2013</b>	<b>4º T / 2012</b>	<b>3º T / 2012</b>	<b>2º T / 2012</b>	<b>1º T / 2012</b>
Comprado	286	209	7.176	3.007	22	3.974
Vendido	277	201	129	22	36	1.237
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>7.047</b>	<b>2.986</b>	<b>14</b>	<b>2.737</b>

  

<b>Posição da Carteira de Negociação - Ações</b>						
	<b>2º T / 2013</b>	<b>1º T / 2013</b>	<b>4º T / 2012</b>	<b>3º T / 2012</b>	<b>2º T / 2012</b>	<b>1º T / 2012</b>
Comprado	0	0	0	0	0	31
Vendido	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>31</b>

No 2º trimestre, não houve alteração significativa das estratégias da Tesouraria proprietária. A exposição ao risco manteve-se no mesmo patamar que o observado no trimestre anterior.

A instituição utilizou instrumentos derivativos para auxiliar a execução das estratégias citadas acima. Com isso, esta detinha no final do segundo trimestre as seguintes exposições em derivativos no Brasil, segmentadas pelos fatores de risco câmbio, *commodities*, taxas de juros e ações:

Com contraparte central, em valores nominais (em R\$ milhões):



## 5. Risco de Crédito

O risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade de cumprimento de obrigações contratuais de contrapartes do Banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito ou contraparte, em um acordo financeiro e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de *rating* do cliente.

No caso particular onde o cliente é a contraparte do banco para uma operação de derivativos a abordagem utilizada é denominada risco de crédito potencial (RCP). Com este tipo de operação, diferentemente de uma operação de empréstimo tradicional, em que o valor a receber é conhecido, as perdas ficam associadas às flutuações de mercado.

A diretoria do Conglomerado Original é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco juntamente com sua política de risco de crédito. É função da área de gestão de risco monitorar, analisar e controlar a exposição ao risco de crédito da instituição e, como forma de garantir a qualidade e idoneidade das tarefas desempenhadas, é independente das áreas de negócio reportando-se diretamente ao diretor de riscos.

### Exposição ao Risco de Crédito

A tabela abaixo demonstra os valores das exposições totais e médias no trimestre ao risco de crédito utilizado para a alocação de capital, independentemente da ponderação utilizada nas normas legais (Circular 3.360/2007), e considerando inclusive as contrapartes centrais:

Exposição ao risco de crédito (EPR)						
R\$ (mil)	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012
Exposição Total	3.089.025	3.167.739	3.418.528	3.762.666	5.656.958	4.649.120
Média Trimestral	3.152.130	3.245.510	3.494.375	3.555.780	4.493.031	5.211.124

Já a tabela abaixo apresenta a distribuição os valores da Exposição ao Risco de Crédito (EPR), ponderados pelos fatores definidos nos artigos 10 a 16 da Circular 3.360/07:

Valor parcela PEPR por fator (R\$ mil)						
Fator EPR	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012
20%	88	696	49	28	84	179
35%	264	282	19	20	-	21
50%	1.867	280	719	780	1.382	2.317
75%	5.831	7.306	9.176	10.233	35.249	71.766
100%	129.026	139.064	142.499	154.916	165.668	177.102
150%	2.273	2.573	1.767	1.844	1.884	1.367
300%	36.545	41.642	39.334	35.917	46.779	57.695
-35%	-	-	-	-	-	-
-50%	-	-	-	-	-	-
-100%	(86)	(86)	(86)	(86)	(86)	(86)
-300%	-	-	-	-	-	-

A tabela abaixo demonstra o percentual das exposições dos maiores clientes das operações com características de crédito:

Maiores tomadores em relação à carteira total com características de crédito												
R\$ (mil)	2º T / 2013		1º T / 2013		4º T / 2012		3º T / 2012		2º T / 2012		1º T / 2012	
	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto
10 maiores clientes	31%	271.765	32%	270.057	30%	274.839	30%	292.280	26%	334.960	21%	353.191
50 maiores clientes	68%	591.104	63%	537.026	60%	541.819	61%	593.022	50%	653.659	40%	666.376
100 maiores clientes	80%	700.434	74%	632.656	71%	641.583	72%	700.790	58%	752.474	46%	757.971

Por sua vez, a tabela abaixo traz o montante das operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações já baixadas para prejuízo, segregadas em faixas de dias de atraso:

Operações em Atraso						
R\$ (mil)	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012
1 - 60 dias	48.828	108.633	31.334	16.673	32.610	12.629
61 - 90 dias	17.014	16.918	4.959	2.754	20.327	8.978
91 - 180 dias	7.362	23.500	8.496	3.773	8.368	17.513
>180 dias	27.260	13.930	12.132	20.292	18.342	10.955
<b>Total</b>	<b>100.464</b>	<b>162.981</b>	<b>56.920</b>	<b>43.491</b>	<b>79.647</b>	<b>50.075</b>

Neste trimestre ocorreram cessões sem coobrigação de operações de crédito, que geraram redução das operações em atraso.

Segue abaixo segue a concentração da carteira de crédito por distribuição geográfica:

Distribuição Geográfica												
R\$ (mil)	2º T / 2013		1º T / 2013		4º T / 2012		3º T / 2012		2º T / 2012		1º T / 2012	
	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto
Centro-Oeste	30%	239.185	30%	258.901	31%	282.796	32%	312.096	24%	314.337	19%	296.163
Nordeste	6%	48.468	9%	72.871	10%	86.487	6%	55.970	3%	43.255	2%	30.896
Norte	6%	48.862	5%	42.793	6%	50.759	5%	51.395	3%	45.239	3%	39.697
Sudeste	54%	437.725	50%	424.567	48%	433.838	50%	482.605	46%	591.083	44%	689.497
Sul	4%	32.834	6%	50.542	6%	54.227	7%	72.699	23%	301.658	33%	510.130
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>807.074</b>	<b>100%</b>	<b>849.674</b>	<b>100%</b>	<b>908.108</b>	<b>100%</b>	<b>974.765</b>	<b>100%</b>	<b>1.295.572</b>	<b>100%</b>	<b>1.566.383</b>

Abaixo podemos verificar a segmentação da carteira de crédito por setor econômico, onde houve diminuição do volume de operações ligadas ao agronegócio devido à característica sazonal do setor.

Distribuição por Setor Econômico												
R\$ (mil)	2º T / 2013		1º T / 2013		4º T / 2012		3º T / 2012		2º T / 2012		1º T / 2012	
	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto
Financeiro	4%	32.136	4%	35.550	4%	35.207	4%	36.712	12%	160.418	12%	185.909
Agronegócio	50%	404.783	59%	501.157	59%	540.137	61%	592.165	41%	526.893	30%	474.613
Outros	30%	243.728	18%	154.576	15%	134.105	16%	156.232	10%	123.816	7%	117.234
Serviços	5%	39.309	4%	34.859	4%	40.833	3%	32.242	2%	30.237	4%	55.617
Pessoa Física	11%	87.118	15%	123.532	17%	157.825	16%	157.415	35%	454.206	47%	733.010
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>807.074</b>	<b>100%</b>	<b>849.674</b>	<b>100%</b>	<b>908.108</b>	<b>100%</b>	<b>974.765</b>	<b>100%</b>	<b>1.295.570</b>	<b>100%</b>	<b>1.566.383</b>

### Risco de Contraparte

O conceito de risco de contraparte fundamenta-se no risco potencial de perdas financeiras, dada a impossibilidade de uma contraparte não honrar seus compromissos com o Conglomerado Original.

Em particular, os derivativos tem pouca previsibilidade de ganhos e perdas associados às oscilações de mercado, motivo pelo qual a Diretoria de Riscos utiliza um modelo de análise histórica sobre a operação em foco, dado um conjunto de prazos e fatores de riscos, a fim de estimar o risco potencial da operação. Esta medida é denominada Risco de Crédito Potencial (RCP), que é somada à exposição total de crédito da contraparte para fins da apuração da utilização do limite de crédito aprovado.

Abaixo são apresentadas as informações relativas ao valor nominal dos contratos sujeitos ao risco de contraparte e às garantias recebidas para mitigar este risco.

<b>Valor Nominal - Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito da Contraparte</b>						
<b>R\$ (mil)</b>	<b>2º T / 2013</b>	<b>1º T / 2013</b>	<b>4º T / 2012</b>	<b>3º T / 2012</b>	<b>2º T / 2012</b>	<b>1º T / 2012</b>
<b>BMF - Contratos com câmara central atuando como contraparte</b>	<b>799.983</b>	<b>521.049</b>	<b>6.378.151</b>	<b>2.857.645</b>	<b>1.944.803</b>	<b>1.188.707</b>
<i>Derivativos</i>	799.983	521.049	6.378.151	2.857.645	1.944.803	1.188.707
<b>CETIP - Contratos sem câmara atuando como contraparte central</b>	<b>110.357</b>	<b>73.916</b>	<b>78.690</b>	<b>54.450</b>	<b>28.291</b>	<b>19.538</b>
<i>Com Garantia - Derivativos</i>	34.632	31.880	38.756	3.265	18.883	19.538
<i>Sem garantia - Derivativos</i>	75.725	42.036	39.934	51.185	9.408	0
<b>SELIC - Contratos sem a câmara atuando como contraparte central</b>	<b>389.880</b>	<b>850.074</b>	<b>949.998</b>	<b>9.401</b>	<b>27.696</b>	<b>320.000</b>
<i>Com Garantia - Compromissadas</i>	389.880	850.074	949.998	9.401	27.696	320.000
<b>Total</b>	<b>1.300.220</b>	<b>1.445.039</b>	<b>7.406.840</b>	<b>2.921.495</b>	<b>2.000.791</b>	<b>1.528.245</b>

Segue abaixo o valor bruto dos contratos (valores positivos da marcação a mercado) sujeitos ao risco de crédito de contraparte:

<b>Valor Positivo Bruto - Contratos sujeitos ao Risco de Crédito da Contraparte</b>						
<b>R\$ (mil)</b>	<b>2º T / 2013</b>	<b>1º T / 2013</b>	<b>4º T / 2012</b>	<b>3º T / 2012</b>	<b>2º T / 2012</b>	<b>1º T / 2012</b>
<b>BMF - Contratos com câmara central atuando como contraparte</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.658</b>	<b>3.597</b>	<b>181</b>
<i>Derivativos</i>	2	0	0	2.658	2.660	181
<b>CETIP - Contratos sem câmara atuando como contraparte central</b>	<b>2.620</b>	<b>409</b>	<b>166</b>	<b>332</b>	<b>414</b>	<b>607</b>
<i>Derivativos</i>	2.620	409	166	332	414	607
<b>SELIC - Contratos sem câmara atuando como contraparte central</b>	<b>115</b>	<b>489</b>	<b>495</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>117</b>
<i>Compromissadas</i>	115	489	495	3	9	117
<b>Total</b>	<b>2.737</b>	<b>898</b>	<b>661</b>	<b>2.993</b>	<b>4.020</b>	<b>905</b>

O valor total calculado de Risco de Crédito Potencial (RCP) aumentou pela ampliação do volume de operações de derivativos realizadas com clientes, todas registradas na CETIP, conforme demonstra quadro abaixo:

Risco de Crédito Potencial (RCP)						
R\$ (mil)	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012
Risco de Crédito Potencial	13.782	10.479	11.023	10.690	6.650	3.448

O valor das garantias recebidas nas operações sujeitos ao risco de contraparte, segregadas por câmaras de registro é:

Valor das Garantias (R\$ mil)						
Câmara de registro da operação	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012
CETIP	1.316	798	605	169	202	0
SELIC	389.880	850.074	949.998	9.401	27.696	320.000
<b>Total</b>	<b>391.196</b>	<b>850.872</b>	<b>950.603</b>	<b>9.570</b>	<b>27.898</b>	<b>320.000</b>

O volume de garantias registradas no SELIC deve-se ao lastro de operações de compra com revenda. Abaixo segue o valor da exposição global líquida ao risco de crédito de contraparte (exposições ao risco de crédito potencial deduzidas de garantias):

Exposição Global Líquida a Risco de Crédito da Contraparte						
R\$ (mil)	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012
Total	12.466	9.681	10.418	10.521	6.448	3.448

## Garantias

A instituição utiliza-se de garantias reais e pessoais como mitigadores de risco em suas operações de crédito, derivativos e operações compromissadas. As operações de crédito são estruturadas e propostas com as garantias de acordo com as características intrínsecas de cada crédito concedido. O processo de análise de crédito verifica as garantias frente o nível do risco da operação, e, por fim, delibera sobre a aprovação, suficiência ou reprovação das garantias apresentadas.

Seguindo linhas gerais, a distribuição geográfica das garantias reais segue aquela das operações de origem. Na maioria dos casos, o tipo de garantia solicitada dependerá da modalidade do empréstimo, qualidade creditícia, ramo de atividade e segmento econômico do proponente da operação de crédito. Assim, a diversificação de garantias recebidas acompanhará a distribuição da carteira de crédito, por modalidades e segmentos.

Segue abaixo a relação das principais garantias operadas pelo Conglomerado Financeiro Original:

- Aval dos sócios e cotistas;
- Penhor ou alienação fiduciária de bens móveis;
- Hipoteca ou alienação fiduciária de bens imóveis;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios e títulos de crédito;
- Cessão fiduciária de depósitos e títulos.

Como política da Instituição são solicitadas garantias superiores ao valor da operação de crédito, protegendo-se de uma possível desvalorização, custos de processuais ou perdas financeiras advindas da ação de sequestro da garantia.

O registro das garantias é realizado na forma da lei e, em se tratando de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, em regra se dá nos cartórios competentes.

A avaliação das garantias, em especial relativas à produção agropecuária, é feita com base no preço de mercado do produto na data da concessão e/ou no preço futuro previsto para o produto, considerando o cenário de venda forçada. Realizam-se periodicamente, em média a cada trimestre, ou de acordo com

os fluxos de vencimento, histórico ou épocas de abate, colheita, etc., visitas de monitoramento para aferição da real existência das garantias, bem como sua qualidade e condições de manejo e estocagem.

Tanto para gerenciamento interno como para a apuração do capital a ser alocado para cobertura das exposições relativas ao risco de crédito (Circular 3.360/2007), a instituição utiliza, nas operações de venda com recompra, os recursos financeiros recebidos como mitigador de risco de crédito. Já nas operações de compra com revenda, os títulos públicos federais recebidos são utilizados como mitigadores de risco de crédito. Com estes procedimentos é possível mitigar quase a totalidade da exposição ao risco de crédito original da operação.

Segue abaixo tabela com as exposições mitigadas nas operações compromissadas para fins de alocação de capital referente à Parcela de Exposição Ponderada pelo Risco (Circular 3.360/07):

Valor mitigado por instrumento								
Tipo	Fator da operação	Mitigador	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012
Venda com recompra	20%	Recursos financeiros (Reais)	664.099	855.174	951.063	9.401	252.726	8.038
Compra com revenda	20%	Títulos públicos federais	11.002	5.100	51.236	141.918	581.512	233.524

### Recuperação e Cobrança

A área de cobrança objetiva minimizar as perdas financeiras associadas ao atraso, parcial ou total, dos contratos de empréstimos. A recuperação de crédito segue as regras definidas na “régua de cobrança” estipulada para cada tipo de modalidade de crédito.

Em cada “régua de cobrança” constam as etapas de processo de recuperação do crédito, que vão desde o contato com o cliente, garantidores e avalistas, passando pela negativação em órgãos que prestam serviço de informação de crédito (SPC, SERASA), chegando até a tomada de ações jurídicas cabíveis para a recuperação da dívida.

### Provisionamento de Crédito

De acordo com a Resolução 2.682/99 os clientes devem ser classificados nas seguintes classificações: AA, A, B, C, D, E, F, G e H. Cada operação da carteira de crédito é associada a uma classificação de acordo com seu prazo de atraso do pagamento das obrigações.

Além disso, para cada nível de atraso se associa um valor a ser provisionado pela instituição para cobrir as perdas esperadas não pagamento/pagamento parcial do crédito pelo cliente. Abaixo pode ser visualizada a tabela que associa a classificação à provisão:

Rating	Faixa de Atraso (dias)	Provisão
AA	0	0%
A	0 - 14	0,5%
B	15 - 30	1%
C	31 - 60	3%
D	61 - 90	10%
E	91 - 120	30%
F	121 - 150	50%
G	151 - 180	70%
H	> 180	100%

As provisões para perda seguem os critérios regulamentares e, em casos específicos, identificado algum novo risco potencial de crédito, o comitê executivo pode aprovar ajuste na PCLD para adequar os níveis de provisão.



Também de acordo com a Resolução 2.682, a instituição deliberou que as operações de crédito consignado cuja responsabilidade total seja inferior ao valor de R\$ 50.000,00 podem ser classificadas de acordo com modelagem de avaliação interna. Desta forma, são adotadas cinco (5) categorias de classificações de operações de crédito consignado, de acordo com a frequência dos últimos pagamentos. A classificação segue abaixo:

- (a) Classificação 1: há pelo menos 2 pagamentos nos 2 últimos meses sendo pelo menos 1 em cada mês → Rating A;
- (b) Classificação 2: há 2 pagamentos nos últimos 3 meses e em meses distintos, mas nenhum no último mês → Risco C;
- (c) Classificação 3: há pagamento somente no último mês → Risco C;
- (d) Classificação 4: há pagamentos nos últimos 3 meses, sendo no mês 1 e no mês 3 → Risco C; e
- (e) Classificação 5: há pagamento, mas não no último mês → Risco D.

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Rating
<b>Classificação 1</b>	NA	P	P	<b>A</b>
<b>Classificação 2</b>	P	P	NP	<b>C</b>
<b>Classificação 3</b>	NP	NP	P	<b>C</b>
<b>Classificação 4</b>	P	NP	P	<b>C</b>
<b>Classificação 5</b>	P	NP	NP	<b>D</b>
	NP	P	NP	<b>D</b>

NA - Não relevante / NP - Não Pago / P – Pago

O quadro abaixo traz o montante de provisões para a carteira de crédito.

Saldo Provisões de Perdas (PCLD)						
R\$ (mil)	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012
PCLD	61.583	69.629	62.551	56.280	43.662	42.868

Segue abaixo o saldo acumulado de operações de crédito baixadas para prejuízo no trimestre:

Saldo Operações baixadas para Prejuízo						
R\$ (mil)	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012
Prejuízo	281.296	296.110	283.247	248.767	267.355	264.890

No segundo trimestre de 2013 o valor do saldo acumulado de operações baixadas para prejuízo apresentou redução devido principalmente à cessão sem coobrigação de créditos baixados para prejuízo em períodos anteriores.

---

## 6. Risco de Liquidez

---

O Conglomerado Original tem a devida preocupação com o gerenciamento e monitoramento do risco de liquidez. A importância dada pela alta administração a esta atividade é norteada pela Política de Risco de Liquidez que é devidamente aprovada e revisada, periodicamente, pelo comitê executivo responsável pela gestão de riscos e capital.

Esta política segue as diretrizes da Resolução 4.090 de 24 de maio de 2012 assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basileia.

A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da instituição. Diariamente são encaminhados para a alta administração do Conglomerado relatórios que quantificam este monitoramento.

Fundamentadas com estas informações quantitativas e aliadas às estratégias de crescimento da instituição, sua diretoria baliza as políticas de captação e aplicações de forma a conservar e garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam as análises em função do risco de liquidez estão pautados na relação entre caixa disponível e a probabilidades de saídas destes fluxos, sejam em decorrência de oscilações de mercado, sejam em função do descasamento de fluxos de ativos e passivos.

Para esta análise, são consideradas as seguintes variáveis:

**Disponibilidades:** Saldo disponível em caixa, através da conta reserva e dos títulos públicos livres.

**Níveis Mínimos de Liquidez:** Disponibilidade mínima de liquidez que a instituição deve manter para cumprir as todas as obrigações financeiras, contratuais e esperadas, considerando a desvalorização de ativos líquidos a aportes de garantias.

**Concentração de Passivos:** É considerada a concentração da carteira passiva em relação ao tipo de cliente (Pessoa Física ou Jurídica) simultaneamente à concentração de volumes dos maiores clientes dentro de um determinado prazo para vencimento.

**Projeção do Fluxo de Caixa:** Uma estimativa de como será o comportamento das entradas e saídas de caixa adotando-se algumas premissas, como renovação da carteira, resgates antecipados entre outras variáveis.

**Plano de Contingência:** Uma vez detectada uma situação que possa comprometer as obrigações da instituição, o comitê tem a atribuição de acionar o plano de contingência a fim de restabelecer uma condição segura de liquidez.

A definição dos limites, da periodicidade de monitoramento e a revisão das normas são de responsabilidade e alçada do comitê executivo.

---

## 7. Risco Operacional

---

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Segundo a própria Resolução 3.380/06, inclui-se nos eventos de risco operacional:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição;
- Aqueles que acarretam interrupção de atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado Original visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional. Este documento define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

Os principais instrumentos utilizados na Gestão de Risco Operacional são:

- Mapeamento dos Processos;
- Matriz de Riscos e Controles;
- Testes de Controles;
- Sistema de Cadastramento de Ocorrências de Risco Operacional;
- Base de Dados de Perdas Operacionais (em construção); e
- Programa de Gerenciamento de Mudanças.

As áreas envolvidas na estrutura, assim como suas principais responsabilidades são:

### Diretoria

- Estabelecer diretrizes dos negócios, aprovando e revisando, no mínimo anualmente, a política de risco operacional.

### Comitê de Risco Operacional e Controles Internos

- Acompanhar a suficiência dos controles implantados, frente aos riscos a que o Conglomerado estiver exposto;
- Discutir e decidir questões técnicas e operacionais; e
- Coordenar a implantação dos procedimentos necessários ao gerenciamento do risco operacional.

---

### **Comitê de Auditoria**

- Avaliar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Conglomerado; e
- Recomendar à diretoria da instituição, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

### **Área de Tecnologia da Informação**

- Gerir o plano de continuidade dos negócios, definindo os procedimentos para assegurar condições de continuidade das atividades, limitando graves perdas decorrentes da inexistência de condições mínimas de manutenção;
- Gerir o processo de comunicação e informação no que tange à segurança dos dados; e
- Manter a segurança e a privacidade da informação.

### **Área de Risco Operacional**

- Implantar, disseminar e revisar as políticas, procedimentos, processos e ferramentas relacionados a Risco Operacional;
- Manter a Diretoria e os envolvidos plenamente atualizados sobre o progresso da gestão de riscos através de relatórios e comitês;
- Convocar os envolvidos para as reuniões do Comitê de Risco Operacional e Controles Internos, e redigir suas atas;
- Identificar, revisar e avaliar os riscos operacionais inerentes ao contexto do ambiente de controle existente e documentar decisões relacionadas à ação mitigadora requerida ou aceitação do risco;
- Gerar e armazenar base que contenha as perdas associadas ao risco operacional e sua conciliação com os registros contábeis;
- Avaliar e divulgar os manuais, visando assegurar que sejam confiáveis e atendam aos requisitos de avaliação de riscos e controles;
- Divulgar na internet e nas demonstrações contábeis a descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional;
- Elaborar e divulgar o relatório 3.380, de gerenciamento de Risco Operacional; e
- Avaliar e acompanhar as soluções para as falhas operacionais.

### **Área de Auditoria Interna**

- Avaliar periodicamente os testes realizados pela Área de Controles Internos, bem como a correta implementação dos planos de ação necessários; e
- Emitir relatórios sobre a eficiência dos controles realizados.

### **Área de Compliance**

- Assegurar a conformidade do Conglomerado com o ambiente legal, regulatório e com os regimentos internos;
- Responsável pelo programa de Prevenção a Lavagem de Dinheiro (PLD);
- Elaborar os pareceres do programa “Conheça seu cliente”;
- Realizar monitoramento de operações; e
- Comunicar ao COAF as movimentações suspeitas.

### **Todos os Integrantes da Instituição**

- Cumprir as normas e políticas do Conglomerado, resultando na melhoria contínua do sistema de gestão de riscos;
- Gerir e efetuar a avaliação constante de seus processos e controles; e

- Evitar esforços concretos no sentido de documentar e sanar as deficiências observadas relativas a riscos operacionais.

Para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao risco operacional, o Conglomerado Financeiro Original utiliza a Abordagem do Indicador Básico conforme Circular 3.383 de 30 de abril de 2008, publicada pelo Banco Central do Brasil, e atualizações.

---

## 8. Gerenciamento de Capital

---

Conforme as Resoluções 3.444 e 3.490 de 2007 foram definidas as principais métricas para alocação de capital da instituição seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nestas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Patrimônio de Referência Exigido (PRE).

O gerenciamento de capital pode ser definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição com a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, visando o planejamento de metas e de necessidade de capital, de acordo com os objetivos estratégicos da instituição (Resolução 3.988/11).

A Diretoria de Riscos monitora e controla a necessidade de capital para fazer frente aos riscos da instituição, reportando os resultados para os órgãos reguladores, as áreas envolvidas no processo e aos comitês gestores conforme alçadas definidas.

Os procedimentos relacionados ao gerenciamento de capital têm como objetivo a identificação e avaliação da relação entre o capital exigido e capital disponível. Neste contexto, os processos executados pela Diretoria de Riscos têm como foco: a) evolução e projeção dos principais riscos que a instituição incorre; b) projeção das carteiras de ativos e passivos e dos resultados; c) levantamento das fontes de capital; d) projeção do capital e das necessidades de capital para fazer frente aos riscos; e) apuração e análise da suficiência de capital, de acordo com as metas definidas; e f) aplicação de testes de estresse e reporte dos resultados e controles de limites.

Os relatórios possibilitam à Diretoria o acompanhamento da alocação de capital nas diversas linhas de negócios, o que gera informações estratégicas para a tomada de decisão no planejamento. A instituição tem como objetivo manter o Patrimônio de Referência (PR) em níveis suficientemente confortáveis para cobrir os riscos abrangidos no Patrimônio de Referência Exigível (PRE) e na parcela RBAN.

A parcela RBAN era calculada por meio da metodologia VaR Paramétrico, com intervalo de confiança de 99%, horizonte de tempo (*holding period*) de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias e modelo de Alisamento Exponencial (EWMA), com  $\lambda$  de 0,94, para modelagem da volatilidade. A partir de junho/13, o Conglomerado optou por utilizar uma abordagem mais adequada de cálculo para a RBAN que consiste em verificar choques das curvas de juros considerando as variações nas taxas no intervalo de um ano (*holding period*), e uma janela móvel de observação de cinco anos. O resultado será o efeito do percentil de 1% e 99% no valor de mercado do portfólio, considerando os ativos e passivos.

Atualmente, o Patrimônio de Referência (PR) da instituição é composto somente pelos seguintes instrumentos:

**PR Nível I**

- Ações ordinárias no país;
- Ações preferências não cumulativas e não resgatáveis no país;
- Reserva de lucros; e
- Lucros/prejuízos acumulados.

**PR Nível II**

- Ajustes de títulos disponíveis para venda.

Assim, a instituição não possui instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD), dívidas subordinadas e ações elegíveis a compor o PR Nível II. Na apuração do Patrimônio de Referência (PR) não há nenhum instrumento com prazo de vencimento.

Dado o corrente estágio de crescimento dos negócios, o Conglomerado opera atualmente com baixíssima alavancagem, tendo apresentado nos últimos trimestres índice de Basileia superior a 40. Em relação às restrições ou impedimentos relevantes, existentes ou possíveis, à transferência de recursos entre as instituições do Conglomerado, destacamos a existência de obrigações contratuais do controlador que colocam o capital social do Banco Original S.A como garantia de uma operação, impedindo assim a transferência deste capital para o Banco Original do Agronegócio S.A. Não obstante, as duas instituições apresentam, de forma individual, patrimônio de referência (PR) acima do patrimônio de referência exigível (PRE), ou seja, folga no índice de Basileia, seguindo os moldes da regulamentação aplicada ao Conglomerado.

### Análise Quantitativa

O cálculo do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional.

O **PEPR** (Circular 3.360/07) representa o risco de crédito ponderado pelo fator de risco associado a cada modalidade.

O **POPR** (Circular 3.383/08) quantifica a exposição ao Risco Operacional.

As parcelas de risco de mercado das operações registradas na carteira de negociação (*trading*) da instituição são segregadas por grupos de fatores de risco:

**PJUR**: Grupo de parcelas que medem a exposição da carteira à taxa de juros pré-fixada em reais, cupom de moeda estrangeira e cupom de inflação. Esta classe de parcelas tem a seguinte segregação:

**PJUR1** (Circular 3.361/07): taxa de juros pré-fixadas em reais;

**PJUR2** (Circular 3.362/07): cupom de moedas estrangeiras;

**PJUR3** (Circular 3.363/07): cupom de inflação; e

**PJUR4** (Circular 3.364/07): cupom de juros.

**PACS** (Circular 3.366/07): Parcela que mede a exposição da carteira em ações ou derivativos indexados a índices de bolsas.

Por sua vez, nas parcelas PCOM e PCAM são consideradas todas as operações que possuem risco de *commodities* e risco cambial, respectivamente.

**PCOM** (Circular 3.368/07): Parcela que mede a exposição da carteira a variação no preço das *commodities*.

**PCAM** (Circular 3.389/08): Parcela que mede a exposição da carteira em moeda estrangeira.

O quadro abaixo demonstra a evolução da alocação de capital do Conglomerado Financeiro Original.

<b>Alocação de Capital - Conglomerado Financeiro</b>						
(R\$ mil)	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012
<b>A) Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>2.017.536</b>	<b>1.926.665</b>	<b>1.922.900</b>	<b>2.049.783</b>	<b>2.044.172</b>	<b>2.091.310</b>
PR Nível I	2.014.130	1.908.383	1.922.900	2.049.783	2.044.172	2.091.310
Patrimônio Líquido + Resultado	2.018.321	1.909.169	1.923.685	2.050.568	2.044.957	2.092.096
(-) Ativo Permanente Diferido	785	785	785	785	785	785
PR Nível II	3.406	18.282	-	-	-	-
Ajuste Valor de Mercado - TVM e Instr. Derivativos	3.406	18.282	-	-	-	-
Deduções do PR	-	-	-	-	-	-
<b>B) Patrimônio de Referência Exigido (PRE)</b>	<b>265.127</b>	<b>377.033</b>	<b>483.233</b>	<b>524.995</b>	<b>324.015</b>	<b>875.708</b>
Valor da Parcela PCAM	-	-	-	-	-	-
Valor da Parcela PJUR[1]	6.925	106.019	224.165	248.422	9.378	505.440
Valor da Parcela PJUR[2]	724	354	351	813	1.908	132
Valor da Parcela PJUR[3]	-	-	-	-	-	2.786
Valor da Parcela PJUR[4]	-	-	-	-	-	-
Valor da Parcela PCOM	17.174	14.139	332	7.205	13.501	3.769
Valor da Parcela PACS	-	269	-	-	-	4.954
Valor da Parcela PEPR	175.808	191.756	193.479	203.651	250.960	310.359
Valor da Parcela POPR	64.495	64.495	64.905	64.905	48.268	48.268
Valor da Parcela RBAN	27.927	14.657	3.206	16.484	25.727	1.220
<b>C) Margem (PR - PRE - RBAN)</b>	<b>1.724.482</b>	<b>1.534.976</b>	<b>1.436.461</b>	<b>1.508.304</b>	<b>1.694.430</b>	<b>1.214.383</b>
<b>Índice de Basileia (IB)</b>	<b>83,71</b>	<b>56,21</b>	<b>43,77</b>	<b>42,95</b>	<b>69,40</b>	<b>26,27</b>

Por sua vez, o quadro abaixo demonstra a evolução da alocação de capital do Consolidado Econômico-Financeiro Original.

<b>Alocação de Capital - Consolidado Econômico Financeiro</b>						
(R\$ mil)	2º T / 2013	1º T / 2013	4º T / 2012	3º T / 2012	2º T / 2012	1º T / 2012
<b>A) Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>2.018.025</b>	<b>1.845.702</b>	<b>1.852.445</b>	<b>2.050.241</b>	<b>2.044.625</b>	<b>2.091.094</b>
PR Nível I	2.014.619	1.827.420	1.852.445	2.050.241	2.044.625	2.091.094
Patrimônio Líquido + Resultado	2.018.810	1.909.658	1.934.683	2.051.027	2.045.410	2.091.879
(-) Ativo Permanente Diferido	785	785	785	785	785	785
(-) Dividendos e Bonificações a Distribuir	-	81.453	81.453	-	-	-
PR Nível II	3.406	18.282	-	-	-	-
Ajuste Valor de Mercado - TVM e Instr. Derivativos	3.406	18.282	-	-	-	-
Deduções do PR	-	-	-	-	-	-
<b>B) Patrimônio de Referência Exigido (PRE)</b>	<b>300.708</b>	<b>437.246</b>	<b>543.291</b>	<b>585.901</b>	<b>398.433</b>	<b>915.038</b>
Valor da Parcela PCAM	35.542	62.685	62.080	65.087	69.516	35.120
Valor da Parcela PJUR[1]	6.925	106.019	224.165	248.422	9.378	505.440
Valor da Parcela PJUR[2]	724	354	351	813	1.908	132
Valor da Parcela PJUR[3]	-	-	-	-	-	2.786
Valor da Parcela PJUR[4]	-	-	-	-	-	-
Valor da Parcela PCOM	17.174	14.139	332	7.205	13.501	3.769
Valor da Parcela PACS	-	269	-	-	-	4.954
Valor da Parcela PEPR	174.514	187.951	190.742	198.754	250.181	308.889
Valor da Parcela POPR	65.829	65.829	65.620	65.620	53.948	53.948
Valor da Parcela RBAN	27.935	14.659	3.206	16.811	25.726	1.220
<b>C) Margem (PR - PRE - RBAN)</b>	<b>1.689.382</b>	<b>1.393.797</b>	<b>1.305.947</b>	<b>1.447.529</b>	<b>1.620.466</b>	<b>1.174.836</b>
<b>Índice de Basileia (IB)</b>	<b>73,82</b>	<b>46,43</b>	<b>37,51</b>	<b>38,49</b>	<b>56,45</b>	<b>25,14</b>

No segundo trimestre de 2013, o Patrimônio de Referência (PR) apresentou acréscimo, principalmente, em virtude do aumento de Capital Social (R\$ 70 MM), da reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa (R\$ 50 MM) e ajustes de avaliação patrimonial de títulos disponíveis para venda (R\$ - 15 MM).

Já o capital alocado na parcela PJUR[1] teve decréscimo em decorrência da exposição ao risco de taxas de juros (ver item "Exposição ao Risco de Mercado").



---

A redução da parcela PEPR é deve-se principalmente pela venda das ações mantidas na carteira de não negociação. Por fim, a parcela RBAN apresentou aumento de R\$ 14MM devido à mudança de metodologia.